



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO:	
Nº do Processo:	23835/2025
Estudo Preliminar:	07/2025
Secretaria:	Secretaria Municipal de Saúde
Setor / Órgão:	Gestão de Processos, Contratos e Convênios
Objeto:	Os estudos preliminares aqui resumidos tem por objeto o subsídio básico para a elaboração do Termo de Referência (TR) para a realização de CHAMAMENTO PÚBLICO para credenciamento de empresas para Prestação de Serviço Especializado em Diagnóstico e Cirurgias no Aparelho da Visão a fim de assistir aos usuários do SUS, conforme condições, especificações, exigências, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.
Equipe de Planejamento:	Gestor: Gabriel da Silva Barbosa - Matrícula 301.320
	Apoio Técnico: Alexandra Rodrigues Barbosa - Mat. 299.038
	De acordo: Leslie da Conceição Moura – Matrícula 207.520
2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES	
O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, pois este ainda não foi implementado.	
3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:	



A presente contratação visa atender a uma necessidade essencial da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo: a crescente e expressiva demanda por exames, tratamentos e cirurgias oftalmológicas. A garantia de acesso a estes procedimentos é um dever do município, fundamentado no direito constitucional à saúde (art. 196, CF/88) e na competência municipal para a gestão e execução dos serviços públicos de saúde.

Atualmente, o município enfrenta um grave gargalo para atender à demanda oftalmológica, resultando no encaminhamento de um volume significativo de pacientes para Tratamento Fora de Domicílio (TFD). Esta situação é particularmente crítica para a população-alvo, composta em sua maioria por pacientes idosos e debilitados, para os quais o deslocamento para outras cidades gera grandes dificuldades de locomoção, transtornos e pode comprometer a continuidade e a eficácia do tratamento. Os dados do próprio setor de TFD demonstram um aumento alarmante no transporte de pacientes para tratamento oftalmológico nos últimos anos, passando de

10.000 pacientes em 2021 para **18.000** em 2022 e atingindo **21.600** em 2023. Além disso, há uma "fila de espera de pacientes que é um gargalo que necessita ser atendida".

A demora no acesso aos serviços oftalmológicos representa um sério risco à saúde pública. A visão é um sentido primordial, e a falta de diagnóstico e tratamento em tempo hábil pode levar ao agravamento de diversas doenças e, em casos extremos, à perda irreversível da visão. Condições graves como a

Catarata (principal causa de cegueira reversível no mundo), o **Glaucoma** (que causa dano permanente ao nervo óptico), a **Degeneração Macular Relacionada com a Idade (DMRI)**, a **Retinopatia Diabética** e o **Descolamento de Retina** (uma emergência oftalmológica) demandam uma resposta rápida e eficaz do sistema de saúde. A não realização dos procedimentos necessários impede que os cidadãos recebam o cuidado adequado, contrariando os princípios de integralidade e equidade do SUS.

O quantitativo total de **36.856** procedimentos solicitado neste estudo foi dimensionado de forma técnica, com base em dados do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA) do Ministério da Saúde. O cálculo utilizou a demanda executada no ano de 2023, acrescida de uma margem de segurança de 20% para absorver as variações e a demanda reprimida durante a vigência do contrato.

Diante do exposto, a contratação de empresa(s) especializada(s), por meio de chamamento público para credenciamento, para prestar estes serviços

dentro do município de Nova Friburgo, é a medida estratégica e imperativa para reduzir drasticamente a necessidade de TFD, atender à fila de espera existente, garantir o acesso rápido ao diagnóstico e tratamento, melhorar os indicadores de saúde da população e cumprir a obrigação legal e constitucional do Município de prover uma assistência à saúde integral e eficiente.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A definição dos requisitos da contratação visa assegurar a seleção de prestadores de serviço que possuam a capacidade técnica, operacional e legal para executar o objeto com a qualidade, segurança e eficiência necessárias ao atendimento dos usuários do SUS. Os critérios foram estabelecidos conforme o Art. 18, § 1º, Inciso III, da Lei nº 14.133/2021, e com base nas necessidades e especificidades descritas no



Documento de Formalização da Demanda, buscando atender ao interesse público sem criar exigências que possam frustrar o caráter competitivo do chamamento público.

A empresa proponente deverá atender a todas as exigências de habilitação jurídica e regularidade fiscal, social e trabalhista a serem detalhadas no edital, comprovando estar apta a contratar com a Administração Pública. Adicionalmente, o objeto social da empresa, expresso em seu ato constitutivo, deve ser compatível com a prestação de serviços de procedimentos de Movimento Ambulatorial em Diagnóstico e Cirurgias no Aparelho da Visão. Quanto à qualificação técnica, a empresa deverá possuir inscrição ativa e regular no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e apresentar Alvará de Funcionamento Sanitário vigente, emitido pelo órgão competente. A proponente deverá também comprovar proficiência para a realização de procedimentos cirúrgicos em oftalmologia, por meio de Atestados de Capacidade Técnica fornecidos por entidades públicas ou privadas que demonstrem a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto.

No que tange à infraestrutura, a execução dos serviços deverá ocorrer dentro do município de Nova Friburgo. A contratada deve contar com toda estrutura de apoio necessária à realização dos serviços credenciados, sendo expressamente vedada a utilização das unidades públicas para a realização dos procedimentos, análises ou quaisquer ações que sejam de responsabilidade da contratada. Além disso, a empresa deverá fornecer os equipamentos, acessórios, materiais permanentes e descartáveis e medicamentos específicos necessários à realização dos atendimentos e procedimentos. A execução dos serviços deverá ser feita por profissional médico habilitado nas respectivas áreas de atuação e com registro vigente no Conselho Regional de Medicina, e a empresa deverá apresentar a relação de sua equipe técnica, comprovando a qualificação e especialização necessárias para os procedimentos oftalmológicos ofertados.

Os requisitos operacionais determinam que o atendimento se destinará exclusivamente aos usuários do Sistema Único de Saúde, referenciados pelo sistema de regulação. A execução dos serviços deverá ocorrer na especialidade médica de OFTALMOLOGIA – procedimentos diagnósticos e terapêuticos, incluindo procedimentos cirúrgicos em regime ambulatorial. Os procedimentos a serem executados, assim como seus valores, são aqueles que constam nas tabelas SUS, e a empresa deverá respeitar o Termo de Referência em todas as suas cláusulas.

Para fins de faturamento e prestação de contas, a empresa deverá apresentar a fatura até o décimo dia de cada competência subsequente, respeitando o cronograma do SIA/SUS do Ministério da Saúde e o Manual de Glosas técnicas e administrativas da Central de Regulação, Controle e Avaliação. A comprovação dos serviços executados deverá, obrigatoriamente, seguir a ordem documental comprobatória que se inicia com o DISP (Documento de Informação de Serviços Prestados), seguido pelo Relatório Nominal de Pacientes, o BPA (Boletim de Produção Ambulatorial) e/ou APAC (Autorização de Procedimento de Alta Complexidade) com relatório e arquivo, e finalizando com a Ficha de Autorização do SISREG acompanhada do requerimento médico e do laudo de realização. Por fim, em relação aos requisitos de sustentabilidade, a contratada deverá adotar práticas de gestão ambientalmente adequadas, em especial no que tange aos resíduos gerados, elaborando e executando um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), em conformidade com a RDC nº 222/2018 da ANVISA e demais legislações aplicáveis.



5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

A estimativa dos quantitativos a serem contratados foi realizada com base em uma análise criteriosa da demanda, em conformidade com o inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021. A metodologia utilizada tem como base para a estimativa das quantidades, a memória de cálculo apresentado na base de dados inerentes aos repasses identificados no sistema de faturamento no ministério da saúde. Essa abordagem visa não apenas sanar o passivo existente, mas também garantir a capacidade de atendimento para novas solicitações durante a vigência do contrato.

A planilha a seguir demonstra os procedimentos realizados fora domicílio nos anos de 2021, 2022 e 2023, utilizados como estimativa para o presente.

Procedimento realizado	SGTAP TABELA SUS	2021	2022	2023	2023 +20% MARGEM SEGU- RANÇA	VALOR PRO- DUÇÃO 2023 + 20% MAR- GEM SEGU- RANÇA
PAQUIMETRIA ULTRASSÔNICA	14,81	587	859	1.561	1.873	27.739,13
ULTRASSONOGRAMA DE GLOBO OCULAR / OR- BITA (MONOCULAR)	24,20	688	1.295	1.877	2.252	54.498,40
BIOMETRIA ULTRASSÔNICA (MONOCULAR)	24,24	425	693	1.050	1.260	30.542,40
BIOMICROSCOPIA DE FUNDO DE OLHO	12,34	2.464	4.353	6.468	7.762	95.783,08
CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA OU MA- NUAL COM GRÁFICO	40,00	95	155	449	539	21.560,00
CURVA DIÁRIA DE PRESSÃO OCULAR CDPO (MI- NIMO 3 MEDIDAS)	10,11	21	15	24	29	293,19
FUNDOSCOPIA	3,37	2.272	2.571	4.712	5.654	19.053,98
GONIOSCOPIA	6,74	32	25	111	133	896,42
MAPEAMENTO DE RETINA	24,24	795	1.465	2.952	3.542	85.858,08
MICROSCOPIA ESPECULAR DE CORNEA	24,24	515	714	1.216	1.459	35.366,16
POTENCIAL DE ACUIDADE VISUAL	3,37	492	735	1.380	1.656	5.580,72
RETINOGRAMA COLORIDA BINOCULAR	24,68	164	147	205	246	6.071,28
RETINOGRAMA FLUORESCENTE BINOCULAR	64,00	7	30	35	42	2.688,00
TESTE ORTÓPTICO	12,34	23	20	11	13	160,42
TONOMETRIA	3,37	2.492	4.237	6.472	7.766	26.171,42
TOPOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CÔRNEA	24,24	511	593	655	786	19.052,64
TRATAMENTO MEDICAMENTOSO DE DOENÇA DA RETINA I	627,28	-	-	96	115	72.137,20
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE ENTROPIO E ECTRO- PIO	203,74	-	4	9	11	2.241,14
EXÉRESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LE- SÕES DA PALPEBRA E SUPERCÍLIOS	78,75	-	5	4	5	393,75
RECONSTITUIÇÃO DE CANAL LACRIMAL	689,66	1	3	4	5	3.448,30
SIMBLEFAROPLASTIA	203,74	-	2	1	1	203,74
SONDAGEM DE VIAS LACRIMAIS	22,93	1	3	4	5	114,65
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE ESTRABISMO (ACIMA DE 2 MÚSCULOS)	1.661,76	1	2	2	2	3.323,52
CORREÇÃO CIRÚRGICA DO ESTRABISMO (ATE 2 MÚSCULOS)	1.167,82	-	2	2	2	2.335,64
CRIOTERAPIA OCULAR	116,00	1	-	-	0	0,00
FOTOCOAGULAÇÃO A LASER	107,61	97	188	416	499	53.697,39
RETINOPEXIA COM INTROFLEXÃO ESCLERAL	1.074,86	19	27	-	0	0,00
RETINOPEXIA PNEUMÁTICA	389,64	21	35	78	94	36.626,16



REMOÇÃO DE ÓLEO DE SILICONE	468,60	3	-	2	2	937,20
EXPLANTE DE LENTE INTRA OCULAR	846,19	2	3	-	0	0,00
CAPSULOTOMIA A YAG LASER	112,77	30	30	115	138	15.562,26
EXERESE DE TUMOR DE CONJUNTIVA	82,28	-	-	2	2	164,56
FACETOMIA S/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR	483,60	-	5	3	4	1.934,40
0405050143 IMPLANTE INTRA-ESTROMAL	902,95	-	8	-	0	0,00
IMPLANTE SECUNDÁRIO DE LENTE INTRA-OCULAR - LIO	1.112,83	3	2	3	4	4.451,32
IRIDOTOMIA A LASER	45,00	9	7	34	41	1.845,00
PARACENTESE DE CAMARA ANTERIOR	82,28	3	4	7	8	658,24
0405050216 RECOBRIMENTO CONJUNTIVAL	172,27	13	70	51	61	10.508,47
0405050240 RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CAMARA ANTERIOR DO OLHO	335,72	1	-	-	0	0,00
0405050259 RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CORNEA	25,00	-	3	2	2	50,00
SUBSTITUICAO DE LENTE INTRA-OCULAR	544,88	-	-	1	1	544,88
SUTURA DE CONJUNTIVA	82,28	-	-	13	16	1.316,48
SUTURA DE CORNEA	164,08	-	-	4	5	820,40
TRABECULECTOMIA	898,35	7	17	20	24	21.560,40
TRATAMENTO CIRURGICO DE PTERIGIO	209,55	13	77	57	68	14.249,40
FACOEMULSIFICAÇÃO COM IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRAVEL	771,60	226	528	599	719	554.780,40
TRANSPLANTE DE CORNEA	2.070,00	1	8	8	10	20.700,00
Total		12.035	18.940	30.864	36.856	1.255.920,22

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Em conformidade com o inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, foi realizado um levantamento de mercado para identificar e analisar as soluções possíveis para atender à necessidade de realização de exames, tratamentos e cirurgias oftalmológicas. O objetivo é justificar técnica e economicamente a escolha da solução mais vantajosa para a Administração Pública, considerando eficiência, economicidade, riscos e, principalmente, a capacidade de resposta à urgente demanda que hoje sobrecarrega o sistema de Tratamento Fora de Domicílio (TFD).

Foram identificadas três alternativas principais:

Solução 1: Execução Direta com Ampliação da Capacidade Interna

- **Descrição:** Consiste em ampliar a capacidade de atendimento da rede pública municipal, por meio da aquisição de equipamentos oftalmológicos de alta complexidade (lasers, facoemulsificadores, etc.), adequação da estrutura física em unidades de saúde e contratação de mais profissionais (médicos oftalmologistas, anestesistas, equipe de enfermagem) via concurso público ou processo seletivo.
- **Análise:** Embora a execução direta seja, em tese, o caminho ideal, esta solução se mostra inviável no curto e médio prazo para a realidade de Nova Friburgo. A ampliação demandaria um alto investimento inicial em equipamentos e possíveis obras. Além disso, enfrentaria os conhecidos desafios de baixa adesão e dificuldade de retenção de profissionais médicos altamente especializados em concursos públicos. O tempo necessário para realizar o concurso, adquirir os



equipamentos, contratar e treinar as equipes não atenderia à urgência de absorver a demanda de mais de 21.600 pacientes/ano que hoje são encaminhados para TFD, o que representa um grave risco à saúde ocular da população.

Solução 2: Contratação de Empresa Única por Licitação (Pregão)

- **Descrição:** Consiste em realizar um processo licitatório, na modalidade Pregão, para selecionar uma única empresa que seria responsável pela execução de todo o quantitativo de 36.856 procedimentos oftalmológicos demandados.
- **Análise:** Esta modalidade, embora possa gerar competição por preço, apresenta riscos operacionais e assistenciais significativos. A concentração de 100% da demanda em um único fornecedor criaria uma dependência crítica. Uma eventual falha do contratado (quebra de equipamento, falta de pessoal, problemas de gestão) poderia levar à interrupção total do serviço, recriando imediatamente a fila de espera e a necessidade de TFD. A capacidade de um único prestador local absorver um volume tão expressivo de procedimentos de forma ágil e com qualidade é incerta e arriscada.

Solução 3: Chamamento Público para Credenciamento de Múltiplos Prestadores

- **Descrição:** Consiste na realização de um chamamento público para credenciar todas as empresas e clínicas especializadas em oftalmologia existentes no município que atendam aos requisitos técnicos, de infraestrutura e de qualificação definidos no edital. A remuneração se daria por serviço efetivamente prestado, conforme a Tabela SUS, permitindo que a Central de Regulação distribua os pacientes entre os diversos credenciados.
- **Análise:** Esta solução é a que melhor se alinha à necessidade do município. Ela aproveita a capacidade instalada da rede privada de Nova Friburgo, multiplicando os pontos de atendimento e atacando a demanda reprimida em diversas frentes simultaneamente. Isso cumpre o requisito de que "os procedimentos devem ser realizados dentro do município de Nova Friburgo", eliminando o transtorno do TFD para os pacientes, em sua maioria idosos e debilitados. O modelo mitiga os riscos, pois a falha de um prestador não compromete todo o sistema. Para a Administração, a economicidade é garantida, pois o pagamento ocorre apenas pela produção (BPA/APAC), eliminando custos com ociosidade.

Critério	Solução 1: Execução Direta	Solução 2: Pregão (Fornecedor Único)	Solução 3: Chamamento (Credenciamento)
Capacidade de Atendimento	Baixa e de lenta ampliação	Limitada à capacidade do vencedor	Alta (soma da capacidade de todos os credenciados)
Agilidade na Resposta	Lenta (depende de concurso e obras)	Moderada (depende do vencedor)	Alta (início imediato após credenciamento)



Risco Operacional	Alto (sobrecarga da estrutura pública)	Alto (dependência de um único fornecedor)	Baixo (risco pulverizado entre vários prestadores)
Economicidade	Alto custo de investimento inicial	Pagamento por contrato (risco de ociosidade)	Pagamento por produção (sem custo fixo)
Flexibilidade	Baixa	Baixa (contrato rígido)	Alta (demanda distribuída conforme a necessidade)

Exemplos de contratações semelhantes:

Órgão: Consórcio Interfederativo Minas Gerais - CIMINAS
Objeto: Credenciamento de empresas para a contratação de clínicas especializadas, especialmente em exames oftalmológicos, consultas médicas e procedimentos cirúrgicos de catarata destinados a atender os entes consorciados ao ciminas - consórcio interfederativo de minas gerais.
Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 79, I
ID PNCP: 19493732000199-1-000010/2025
Valor estimado: R\$ 19.029.896,22
Modalidade: Credenciamento
Disponível em: https://pncp.gov.br/app/editais/19493732000199/2025/10
Acesso: 30 de junho de 2025.

Órgão: Município de Belo Horizonte /MG
Objeto: Serviços de oftalmologia (consultas, procedimentos de diagnose e tratamento)
Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 79, I
ID PNCP: 18715383000140-1-001080/2024
Valor homologado: R\$ 2.632.913,61
Modalidade: Credenciamento
Disponível em: https://pncp.gov.br/app/editais/18715383000140/2024/1080
Acesso: 30 de junho de 2025.

Essa forma de contratação não limita a participação de empresas na licitação, visto que se trata da forma usual de contratação dos serviços, para a qual o mercado está preparado. Ademais, possibilita que qualquer interessado pessoa jurídica, poder se credenciar, desde que



cumpra com os requisitos elencados no edital e desde que o certame ainda esteja em vigência.

7. ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

Os preços estimados para a contratação são os especificados na Tabela Sus, sendo assim, estimamos da seguinte forma:

Link de consulta da tabela SUS: <http://sigtap.datasus.gov.br/>

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	U/C	QTD	Preço Unitário	Preço Total
1	30037	0205020020 Paquimetria ultrassônica	Exame	1873	R\$ 14,81	R\$ 27.739,13
2	10189	0205020089 Ultrassonografia de globo ocular / orbita (monocular)	Exame	2252	R\$ 24,20	R\$ 54.498,4
3	30034	0211060011 Biometria ultrassônica (monocular)	Exame	1260	R\$ 24,24	R\$ 30.542,4
4	525	0211060020 Biomicroscopia de fundo de olho	Exame	7762	R\$ 12,34	R\$ 95.783,08
5	30036	0211060038 Campimetria computadorizada ou manual com gráfico	Exame	539	R\$ 40,00	R\$ 21.560,00
6	13627	0211060062 Curva diária de pressão ocular CDPO (mínimo 3 medidas)	Exame	29	R\$ 10,11	R\$ 293,19
7	11592	0211060100 Fundoscopia	Exame	5654	R\$ 3,37	R\$ 19.053,98
8	525	0211060119 Gonioscopia	Exame	133	R\$ 6,74	R\$ 896,42
9	16659	0211060127 Mapeamento de retina	Exame	3542	R\$ 24,24	R\$ 85.858,08
10	30035	0211060143 Microscopia especular	Exame	1459	R\$ 24,24	R\$ 35.366,16



		de córnea				
11	11592	0211060151 Potencial de acuidade visual	Exame	1656	R\$ 3,37	R\$ 5.580,72
12	30042	0211060178 Retinografia colorida binocular	Exame	246	R\$ 24,68	R\$ 6.071,28
13	30039	0211060186 Retinografia fluorescente binocular	Exame	42	R\$ 64,00	R\$ 2.688,00
14	11592	0211060232 Teste ortóptico	Exame	13	R\$ 12,34	R\$ 160,42
15	11592	0211060259 Tonometria	Exame	7766	R\$ 3,37	R\$ 26.171,42
16	30038	0211060267 Topografia computadorizada de córnea	Exame	786	R\$ 24,24	R\$ 19.052,64
17	11720	0303050233 Tratamento medicamentoso de doença da retina I	Procedimento	115	R\$ 627,28	R\$ 72.137,20
18	30055	0405010010 Correção cirúrgica de entropio e ectropio	Cirurgia	11	R\$ 203,74	R\$ 2.241,14
19	30059	0405010079 Exérese de calazio e outras pequenas lesões da pálpebra e supercílios	Cirurgia	5	R\$ 78,75	R\$ 393,75
20	30068	0405010117 Reconstituição de canal lacrimal	Cirurgia	5	R\$ 689,66	R\$ 3.448,3
21	30080	0405010141 Simblefaroplastia	Cirurgia	1	R\$ 203,74	R\$ 203,74
22	30073	0405010168 Sondagem de vias lacrimais	Cirurgia	5	R\$ 22,93	R\$ 114,65
23	30048	0405020015 Correção cirúrgica de estrabismo (acima de 2 músculos)	Cirurgia	2	R\$1.661,76	R\$ 3.323,52
24	30049	0405020023 Correção cirúrgica do estrabismo (até 2 músculos)	Cirurgia	2	R\$ 1.167,82	R\$ 2.335,64
25	30086	0405030045 Fotocoagulação a laser	Cirurgia	499	R\$ 107,61	R\$ 53.697,39
26	11720	0405030215 Retinopexia pneumática	Cirurgia	94	R\$ 389,64	R\$ 36.626,16



27	11606	0405030223 Remoção de óleo de silicone	Cirurgia	2	R\$ 468,60	R\$ 937,20
28	30045	0405050020 Capsulotomia a yag laser	Cirurgia	138	R\$ 112,77	R\$ 15.562,26
29	30058	0405050089 Exerese de tumor de conjuntiva	Cirurgia	2	R\$ 82,28	R\$ 164,56
30	30060	0405050100 Facectomia s/implante de lente intra-ocular	Cirurgia	4	R\$ 483,60	R\$ 1.934,40
31	30060	0405050151 Implante secundário de lente intra-ocular – LIO	Cirurgia	4	R\$ 1.112,83	R\$ 4.451,32
32	11606	0405050194 Iridotomia a laser	Cirurgia	41	R\$ 45,00	R\$ 1.845,00
33	11630	0405050208 Paracentese de camara anterior	Cirurgia	8	R\$ 82,28	R\$ 658,24
34	30087	0405050216 Recobrimento conjuntival	Cirurgia	61	R\$ 172,27	R\$ 10.508,47
35	11622	0405050259 Retirada de corpo estranho da córnea	Cirurgia	2	R\$ 25,00	R\$ 50,00
36	30083	0405050283 Substituição de lente intra-ocular	Cirurgia	1	R\$ 544,88	R\$ 544,88
37	20850	0405050291 Sutura de conjuntiva	Cirurgia	16	R\$ 82,28	R\$ 1316,48
38	20850	0405050305 Sutura de córnea	Cirurgia	5	R\$ 164,08	R\$ 820,40
39	30051	0405050321 Trabeculectomia	Cirurgia	24	R\$ 898,35	R\$ 21.560,40
40	30046	0405050364 Tratamento cirúrgico de pterígio	Cirurgia	68	R\$ 209,55	R\$ 14.249,40
41	30044	0405050372 Facoemulsificação com implante de lente intra-ocular dobrável	Cirurgia	719	R\$ 771,60	R\$ 554.780,40
42	30019	0505010097 Transplante de córnea	Cirurgia	10	R\$ 2.070,00	R\$ 20.700,00



Total Geral:				R\$ 1.255.920,22			

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução escolhida para sanar a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde consiste no **CHAMAMENTO PÚBLICO para o CREDENCIAMENTO** de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de procedimentos diagnósticos e cirúrgicos em oftalmologia. O objetivo é atender, de forma complementar, a demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Nova Friburgo, eliminando a expressiva fila de espera e a necessidade de encaminhamento de pacientes para Tratamento Fora de Domicílio (TFD).

Conforme demonstrado no levantamento de mercado, o credenciamento de múltiplos prestadores surge como a solução mais vantajosa para a Administração Pública. Esta modalidade permite ampliar a oferta de serviços de forma ágil e eficiente, aproveitando a capacidade já instalada na cidade, pulverizando os riscos operacionais e garantindo a continuidade do atendimento, em plena conformidade com os princípios da universalidade, integralidade e equidade do SUS. A economicidade é assegurada pelo modelo de pagamento por produção (via BPA/APAC), onde o município remunera apenas os serviços efetivamente prestados e comprovados.

A solução proposta exige que as empresas credenciadas possuam integralmente a infraestrutura, os equipamentos e a equipe técnica especializada para a realização dos procedimentos oftalmológicos. Isso inclui a responsabilidade total pela manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados, bem como a calibração e a assistência técnica permanente, de modo a garantir a qualidade, a segurança e a ininterrupção dos serviços prestados aos pacientes. A empresa deverá "Fornecer os equipamentos / acessórios, materiais permanentes e descartáveis e medicamentos específicos necessários à realização dos atendimentos/ procedimentos".

A fundamentação legal para esta solução encontra-se na Lei Federal nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), que em seu artigo 24 autoriza a participação complementar dos serviços privados quando as disponibilidades do setor público forem insuficientes. A contratação por credenciamento está amparada no Art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo o modelo adequado para situações onde se busca contratar todos os interessados que atendam aos requisitos definidos pela Administração.

Desta forma, a solução proposta atende plenamente às necessidades da população. As empresas credenciadas operarão sob o direcionamento e a fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Central de Regulação, Controle e Avaliação, que será responsável por referenciar os pacientes e auditar a conformidade dos serviços prestados.



A solução adotada pode ser caracterizada pela prestação dos seguintes serviços:

- Realização de exames para diagnóstico e avaliação oftalmológica.
- Execução de procedimentos cirúrgicos ambulatoriais.
- Fornecimento integral de todos os insumos, materiais e medicamentos necessários para a realização dos exames e procedimentos.
- Disponibilização de equipe técnica com profissional médico habilitado nas respectivas áreas de atuação e com registro vigente no Conselho Regional de Medicina.

Todos os detalhes, especificações técnicas, obrigações das partes, critérios de qualificação, parâmetros de qualidade e mecanismos de monitoramento e avaliação dos serviços serão minuciosamente descritos no Termo de Referência que acompanhará o Edital de Chamamento Público.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

A análise sobre o parcelamento do objeto é um requisito legal, conforme o inciso VIII do § 1º do art. 18 e o art. 40 da Lei nº 14.133/2021, e uma diretriz consolidada pela Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU). O princípio fundamental é o da obrigatoriedade da divisão do objeto em itens ou lotes sempre que houver viabilidade técnica e econômica, a fim de ampliar a competitividade.

Contudo, no presente caso, uma análise aprofundada da natureza do serviço de oftalmologia demonstra que o parcelamento seria tecnicamente desvantajoso e prejudicial à qualidade da assistência e ao interesse público. A decisão pelo não parcelamento e pela adjudicação do objeto como um todo indivisível se fundamenta nos seguintes pontos:

1. **Natureza Integrada e Contínua do Cuidado Oftalmológico:** A jornada do paciente oftalmológico é um fluxo contínuo que se inicia com a consulta, passa por exames diagnósticos específicos (como biometria, mapeamento de retina, etc.) e, frequentemente, culmina em um procedimento cirúrgico. A separação desses serviços em lotes distintos (ex: "Lote 1: Exames" e "Lote 2: Cirurgias") fragmentaria o cuidado, criando uma quebra na continuidade assistencial. Isso poderia comprometer a responsabilidade técnica sobre o caso e a qualidade do resultado final, pois a equipe que realiza a cirurgia não seria a mesma que realizou os exames preparatórios.
2. **Eficiência e Segurança para o Paciente:** A justificativa central desta contratação é atender a uma demanda reprimida composta, "em sua maioria de pacientes idosos, debilitados". Parcelar o objeto significaria obrigar este paciente a se deslocar para múltiplos estabelecimentos: um para a consulta, outro para um exame, e um terceiro para a cirurgia. Tal modelo vai na contramão do objetivo de facilitar o acesso e reduzir as "dificuldades de locomoção" atualmente enfrentadas com o Tratamento Fora de Domicílio. A centralização do atendimento em um único prestador por paciente garante maior conforto, segurança e adesão ao tratamento.
3. **Eficiência Administrativa para a Gestão Municipal:** Do ponto de vista da "Central de Regulação, Controle e Avaliação", a gestão de múltiplos encaminhamentos para um único paciente seria



complexa e ineficiente. O não parcelamento permite que a regulação encaminhe o paciente a um único prestador credenciado, que se responsabilizará por toda a linha de cuidado necessária, otimizando o fluxo de trabalho e o controle sobre os serviços.

4. **Viabilidade Técnica e de Mercado:** É uma característica do mercado de oftalmologia que os centros médicos capazes de realizar procedimentos cirúrgicos complexos, como a "FACOEMULSIFICAÇÃO COM IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRAVEL" ou o "TRANSPLANTE DE CORNEA", já possuam em sua estrutura os equipamentos diagnósticos necessários para os exames pré-operatórios. Exigir a capacidade para a prestação do serviço completo não configura uma restrição indevida à competição, mas sim o estabelecimento de um requisito técnico essencial para o tipo de solução integrada que o município necessita.

Portanto, conclui-se que os prejuízos técnicos, assistenciais e administrativos decorrentes do parcelamento superam os potenciais benefícios de uma eventual ampliação da competitividade. A contratação do objeto como um serviço único e indivisível é a medida que melhor garante a integralidade, a segurança e a eficiência do atendimento oftalmológico aos usuários do SUS de Nova Friburgo.

10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO:

A contratação por meio de Chamamento Público para credenciamento de prestadores de serviços oftalmológicos visa alcançar resultados estratégicos, mensuráveis e alinhados aos princípios da economicidade, eficiência e desenvolvimento sustentável, conforme previsto no art. 18, § 1º, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021. Os benefícios esperados impactam diretamente na qualidade da assistência à saúde, na otimização dos recursos públicos e na promoção de um serviço mais ágil e eficaz para a população de Nova Friburgo.

Economicidade e Melhor Aproveitamento dos Recursos Financeiros

- **Pagamento por Produção:** O modelo de remuneração por serviço efetivamente prestado, comprovado via Boletim de Produção Ambulatorial (BPA) ou Autorização de Procedimento de Alta Complexidade (APAC), elimina custos fixos e o risco de pagar por ociosidade. A Administração pagará unicamente pelos procedimentos realizados e validados, garantindo o máximo aproveitamento do recurso público.
- **Não Imobilização de Capital:** A solução utiliza a infraestrutura de equipamentos e instalações já existente no mercado local, evitando que o Município precise arcar com os altos custos de investimento em aquisição, manutenção e depreciação de equipamentos oftalmológicos de alta tecnologia.
- **Redução de Custos Futuros:** A garantia de um diagnóstico e tratamento rápidos para doenças como Catarata, Glaucoma e Retinopatia Diabética evita a progressão para quadros de maior gravidade ou cegueira, o que, a longo prazo, reduz drasticamente os custos do SUS com tratamentos complexos e internações.



- **Redução de Custos com TFD:** O resultado mais direto é a diminuição expressiva dos custos associados ao Tratamento Fora de Domicílio, que em 2023 demandou o transporte de 21.600 pacientes para tratamento oftalmológico.

Eficiência Operacional e Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos e Materiais

- **Eliminação da Demanda Reprimida e do TFD:** O resultado mais imediato e visível será a drástica redução e eventual eliminação da "fila de espera" e da dependência do TFD. A utilização de múltiplos prestadores aumenta exponencialmente a capacidade de atendimento, absorvendo a demanda de forma ágil.
- **Otimização da Rede Própria:** Ao direcionar a demanda especializada para a rede credenciada, os recursos humanos e materiais das unidades públicas de saúde podem ser focados no atendimento de outras áreas prioritárias, operando com maior qualidade e menor sobrecarga.
- **Agilidade e Flexibilidade:** A rede de credenciados oferece uma capacidade de atendimento flexível e escalável, capaz de absorver picos de demanda sem sobrecarregar um único ponto do sistema de saúde municipal.

Eficácia na Assistência à Saúde e Efetividade dos Resultados

- **Garantia de Acesso e Proximidade:** O principal resultado em termos de eficácia é assegurar, na prática, o direito do cidadão ao acesso a serviços oftalmológicos dentro do próprio município. Isso beneficia diretamente a população mais vulnerável, composta em sua maioria por "pacientes idosos, debilitados", que hoje enfrentam "grande dificuldades de locomoção".
- **Melhora nos Desfechos Clínicos:** A redução do tempo entre a suspeita clínica e a realização de procedimentos como a Fotocoagulação a Laser ou a cirurgia de Catarata aumenta significativamente as chances de preservar a visão, melhora o prognóstico de doenças crônicas e proporciona maior qualidade de vida aos pacientes.

Contribuição para o Desenvolvimento Nacional Sustentável

- **Fortalecimento da Economia Local:** A contratação injeta recursos em empresas de saúde estabelecidas em Nova Friburgo, fomentando a atividade econômica, a manutenção e a geração de empregos qualificados no setor de saúde do município.
- **Sustentabilidade Ambiental:** A exigência de que todos os credenciados sigam um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) garante que a expansão dos serviços não gere um impacto ambiental negativo, promovendo uma prática de saúde responsável.

Estes resultados pretendidos servirão de base para a elaboração dos indicadores de desempenho e das metas que serão estabelecidas no Termo de Referência, permitindo um monitoramento transparente e eficaz da execução contratual.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Como providências prévias a esta contratação, a Secretaria Municipal de Saúde deverá adequar os fluxos internos da Central de Regulação, Controle e Avaliação para o correto referenciamento dos pacientes entre os múltiplos prestadores que vierem a ser credenciados. Além disso, o município possui em sua administração direta funcionários aptos a realizar a fiscalização dos serviços.



12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/ INTERDEPENDENTES

Não existem contratações correlatas ou interdependentes que possam comprometer o andamento da atual aquisição.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS:

A prestação de serviços de saúde, como os procedimentos diagnósticos e cirúrgicos oftalmológicos objeto desta contratação, gera, por sua natureza, impactos ambientais que necessitam de gerenciamento adequado para proteger o meio ambiente e a saúde pública. Em conformidade com o inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, descrevem-se aqui os principais impactos previstos e as respectivas medidas mitigadoras que serão exigidas dos prestadores de serviços credenciados.

O principal impacto identificado é a **geração de diversas categorias de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS)**. Durante a realização dos exames e, principalmente, dos procedimentos cirúrgicos, são gerados resíduos infectantes (gazes, luvas e outros materiais contaminados com fluidos corporais), resíduos perfurocortantes (lâminas, agulhas e instrumentos cirúrgicos) e resíduos químicos (frascos de medicamentos, saneantes e soluções de esterilização). O descarte inadequado desses materiais representa um sério risco de contaminação para o solo, a água e a população.

Para mitigar este risco, a medida central e obrigatória é que cada prestador credenciado possua e execute um **Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS)** atualizado e aprovado pelo órgão sanitário competente. Este plano deverá detalhar todas as etapas do manejo dos resíduos, desde a geração, segregação, acondicionamento e armazenamento interno até o transporte e a destinação final ambientalmente correta. A elaboração e execução do PGRSS deverão seguir estritamente as principais normativas do setor, como a RDC nº 222/2018 da ANVISA, a Resolução CONAMA nº 358/2005 e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). A comprovação da existência e da execução deste plano será um requisito para a contratação e sua manutenção.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

Com base em todas as análises técnicas, operacionais, econômicas e de mercado realizadas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), e em conformidade com o inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, conclui-se que a contratação pretendida é **viável, razoável e a medida mais adequada** para atender à necessidade a que se destina. A decisão pela realização de Chamamento Público para o credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de diagnóstico e cirurgias em oftalmologia é a que melhor equilibra agilidade, segurança assistencial e responsabilidade fiscal.

A justificativa para esta contratação reside no atendimento a uma necessidade pública urgente e documentada: a eliminação da dependência do Tratamento Fora de Domicílio (TFD), que em 2023 afetou 21.600 pacientes, e a resolução da "fila de espera" existente, que representa um risco à saúde da população, majoritariamente composta por "pacientes idosos, debilitados". A análise de mercado demonstrou que o credenciamento de múltiplos prestadores é a solução mais eficiente, superando a execução direta, inviável a curto prazo, e a contratação de fornecedor único, que concentraria um alto risco operacional. A viabilidade técnica da solução é assegurada pela exigência de que os credenciados possuam



estrutura e corpo clínico qualificado, sendo o **não parcelamento do objeto** uma diretriz técnica fundamental para garantir a continuidade e integralidade do cuidado ao paciente.

Sob a perspectiva econômica, a viabilidade é reforçada pelo modelo de remuneração por produção, no qual o Município pagará apenas pelos procedimentos efetivamente realizados, otimizando os recursos públicos e evitando os altos custos de investimento em equipamentos e os gastos contínuos com TFD. Legalmente, a modalidade encontra amparo no art. 79 da Lei nº 14.133/2021 e alinha-se à permissão de complementaridade da rede privada pelo SUS (Lei nº 8.080/1990). Os principais riscos são mitigados, pois a possibilidade de interrupção do serviço é pulverizada entre os diversos prestadores e a qualidade será monitorada pela "Central de Regulação, Controle e Avaliação".

Diante do exposto, e por não haver óbices de natureza legal, técnica ou mercadológica que impeçam o prosseguimento, declara-se a viabilidade da presente contratação. Recomenda-se, portanto, o prosseguimento dos atos administrativos subsequentes, com a elaboração do Edital de Chamamento Público e do respectivo Termo de Referência.

15. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria participante e que o mesmo traz os conteúdos previstos na Instrução Normativa nº 05/2017, conforme diretrizes estabelecidas.

Gestor:	Apoio Técnico:	De acordo;
<hr/>	<hr/>	<hr/>
Higor de Barros Pinto Matr.: 063.344	Alexandra Rodrigues Barbosa - Mat. 299.038	Gabriel Costa Wenderroschy Matr.: 063.454
Nova Friburgo, 05 de agosto de 2025.		